



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER Nº 213, DE 2017 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2017 (nº 2.176, de 2015, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2017 (nº 2.176, de 2015, na Casa de origem), que *altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais*, com adequação redacional em virtude da superveniência da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Senado Federal, em 28 de novembro de 2017.

**JOSÉ PIMENTEL, PRESIDENTE**

**CIDINHO SANTOS, RELATOR**

**DAVI ALCOLUMBRE**

**SÉRGIO PETECÃO**

## ANEXO AO PARECER Nº 213, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2017 (nº 2.176, de 2015, na Casa de origem).

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre prazos processuais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 775. ....

§ 1º .....

§ 2º .....” (NR)

“Art. 775-A. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

